

Diário do Legislativo de 30/04/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 26ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 12ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 28/4/2006

Presidência dos Deputados Rêmoló Aloise, Rogério Correia e Padre João

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagens nºs 374 a 377/2005 (encaminham os Projetos de Lei nºs 2.287 a 2.290/2005, respectivamente), do Governador do Estado - Questão de Ordem - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.291 a 2.295/2005 - Requerimentos nºs 4.563 a 4.584/2005 - Requerimentos das Comissões de Saúde, de Meio Ambiente e de Direitos Humanos - Comunicações: Comunicações dos Deputados João Leite, Miguel Martini e George Hilton - Questões de Ordem - Interrupção e Reabertura dos Trabalhos Ordinários - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rêmolo Aloise) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Padre João, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Leonídio Bouças, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 374/2005*

Belo Horizonte, 27 de abril de 2005.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame dessa Egrégia Assembléia Legislativa, projeto de lei que dá à Escola Estadual Bom Jardim, no Município de Fervedouro, a denominação de Escola Estadual Sebastião Alves Pedrosa.

O projeto encaminhado visa prestar uma justa homenagem, a quem prestou relevantes serviços à comunidade de Fervedouro, destacando a doação do terreno onde funciona a Escola Estadual Bom Jardim.

São estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter aos seus Nobres Pares dessa Casa o anexo projeto de lei .

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Projeto de lei Nº 2.287/2005

Dá a denominação de Escola Estadual Sebastião Alves Pedrosa à Escola Estadual Bom Jardim, no Município de Fervedouro.

Art. 1º - A Escola Estadual Bom Jardim, de Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries), no Município de Fervedouro, passa a denominar-se Escola Estadual Sebastião Alves Pedrosa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 375/2005*

Belo Horizonte, 27 de abril de 2005.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Encaminhar a Vossa Excelência, para exame dessa Egrégia Assembléia Legislativa, projeto de lei que dá à Escola de Ensino Fundamental (5ª à 8ª série), no Município de Capelinha, a denominação de Escola Estadual Bento Rocha de Jesus.

O projeto encaminhado visa prestar justa homenagem, a quem prestou relevantes serviços à comunidade de Capelinha.

São estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter aos seus Nobres Pares dessa Casa o anexo projeto de lei .

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Projeto de lei Nº 2.288/2005

Dá a denominação de Escola Estadual Bento Rocha de Jesus à Escola Estadual de Ensino Fundamental, no Município de Capelinha.

Art. 1º - A Escola Estadual de Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries), no Município de Capelinha, passa a denominar-se Escola Estadual Bento Rocha de Jesus.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 376/2005*

Belo Horizonte, 27 de abril de 2005.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame dessa Egrégia Assembléia Legislativa, projeto de lei que dá ao Centro Estadual de Educação Continuada de Pouso Alegre, a denominação de Centro Estadual de Educação Continuada Professora Hermelinda Toledo.

O projeto encaminhado visa prestar justa homenagem à grande educadora, exemplo de coragem, disciplina e respeito, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Pouso Alegre.

São estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter aos seus Nobres Pares dessa Casa o anexo projeto de lei.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Projeto de lei Nº 2.289/2005

Dá a denominação de Centro Estadual de Educação Continuada Professora Hermelinda Toledo ao Centro Estadual de Educação Continuada de Pouso Alegre.

Art. 1º - O Centro Estadual de Educação Continuada de Pouso Alegre, situado na Av. Lisboa, 31, no Município de Pouso Alegre, passa a denominar Centro Estadual de Educação Continuada Professora Hermelinda Toledo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 377/2005*

Belo Horizonte, 29 de março de 2005.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para ser submetido ao exame e deliberação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, o Projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a adquirir conjunto de quatro salas em Brasília, destinado à sede da Advocacia Regional do Estado de Minas Gerais no Distrito Federal e de outros órgãos estaduais.

O imóvel a ser adquirido com a área de até 250 m² destina-se à ampliação da Regional da Advocacia-Geral do Estado. A necessidade de ampliar as instalações daquela Regional, agora reestruturada para atender aos serviços jurídicos junto aos quatro Tribunais Superiores, inclusive o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, recomenda a aquisição de imóvel que comporte todos os seus serviços.

Assim, em cumprimento ao disposto no art. 18 da Constituição do Estado, solicito seja o projeto autorizativo aprovado por augusta Casa.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Projeto de lei nº 2.290/2005

Autoriza o Poder Executivo a adquirir imóvel em Brasília - DF.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir em Brasília - DF, bloco de quatro salas no Edifício JK, Setor Comercial Sul, com a área total de até 250m².

Parágrafo único - O imóvel de que trata o "caput" destina-se à sede da Advocacia Regional do Estado no Distrito Federal e de outros órgãos do Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, quero comunicar que estou apresentando à Mesa três requerimentos em virtude de ter recebido denúncia do SINDIELETRO, sobre a qual falarei rapidamente. Precisava trazer essa denúncia a este Plenário porque hoje estou apresentando o requerimento e gostaria que houvesse sua votação, assim que possível.

O SINDIELETRO recebeu denúncia de que a CEMIG estaria doando veículos para entidades no interior do Estado. Esses veículos, que eram da frota própria da CEMIG, no final do ano passado, haviam sido substituídos pela direção dessa empresa por carros alugados. A frota estava sendo doada.

Em vez de a própria CEMIG fazer as doações, repassou para o SERVAS a incumbência de fazê-las. Todos sabem que o SERVAS é presidido pela irmã do Governador, Andréa Neves, e o sindicato levanta a suspeita de que, com essa ação, estaria beneficiando entidades como parte da estratégia da reeleição do Governador para o próximo ano.

O sindicato fotografou o local onde esses carros estavam à disposição. Foi retirado da lateral dos veículos, antes de sua distribuição, o símbolo da CEMIG. Isso ocorreu no Bairro Amazonas, em Contagem.

Com base numa denúncia em que foram informados números de placas, o sindicato conseguiu fazer levantamento de algumas delas e estima tratar-se de mais de 400 carros, a maioria de transporte de passageiros e de caminhões. E alguns desses carros que estão no pátio já foram distribuídos.

Uma placa foi localizada da CEMIG para o SERVAS e do SERVAS para a Loja Maçônica Cristal do Oriente, em Teófilo Otôni. Outro foi para a Creche Nair Simão, em Passos, e outro para a Creche Obras Sociais do Pilar, em São João del-Rei, cidade do Governador.

Assim vai a denúncia apresentada pelo sindicato. Não sabemos quais os critérios de distribuição desses carros, e se é legal que a CEMIG, ao invés de leiloar, faça a distribuição dos carros, que são do Governo, por meio do SERVAS.

Estou apresentando três requerimentos. Um ao Presidente da CEMIG sobre a legalidade da doação desses carros para o SERVAS, bem como o número de veículos cedidos. Queremos saber se a CEMIG tem conhecimento de que esses carros foram parar em diversas entidades.

Em outro requerimento, solicitamos ao SERVAS que informe se recebeu o veículo, qual a sua destinação e quais os critérios utilizados.

Há uma denúncia de que a Secretária de Planejamento recebeu parte desses carros. Estamos solicitando informações a fim de saber se ela recebeu os carros, se está doando e quais os critérios de doação, se é que de fato isso está acontecendo, conforme denúncia do SINDIELETRO.

Não sei se isso tem sido feito como parte de algumas questões, como o caso das ambulâncias, que, muitas vezes, são distribuídas por Deputados ligados ao Governo ou por Secretários de Estado candidatos a Deputado. Nesse caso da CEMIG, não sei se o processo é o mesmo, mas há de se ter critério e saber a legalidade do que a CEMIG está fazendo.

A denúncia foi recebida, e estou apresentando à Mesa, Deputado Rêmoló Aloise, os requerimentos. Esperamos uma rápida resposta do Governo. O Sindicato acionará o Ministério Público para que também faça uma pesquisa sobre a possível ilegalidade dessas doações. É o que se pode fazer. A CEMIG não pode simplesmente desfazer-se dos carros. A empresa acaba de dar um aumento de 30% de energia para a indústria e de quase 20% para as residências. E está também se desfazendo de seus automóveis sem que sejam leiloados, executando essa distribuição sem comunicar a ninguém. O SERVAS não comunicou a Assembléia os critérios para a distribuição.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

Projeto de Lei nº 2.291/2005

Dispõe sobre a gratuidade para idosos acima de sessenta anos requererem a Carteira de Identidade, nos termos da Lei Federal nº 7.116, de 1983.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - É assegurado aos idosos maiores de sessenta anos a gratuidade para requererem a Carteira de Identidade emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, nos termos da Lei Federal nº 7.116, de 1983.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2005.

Comissão de Participação Popular

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.292/2005

Declara de utilidade pública a Fundação de Desenvolvimento do Turismo do Sul de Minas - FUNDESTUR -, com sede no Município de Alfenas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação de Desenvolvimento do Turismo do Sul de Minas - FUNDESTUR -, com sede no Município de Alfenas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2005.

Chico Rafael

Justificação: A Fundação de Desenvolvimento do Turismo do Sul de Minas - FUNDESTUR - é uma entidade civil sem fins lucrativos, registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos do 2º Ofício da Comarca de Alfenas, e tem como objetivo incentivar e desenvolver o turismo na região Sul do Estado, promovendo congressos, palestras, seminários e outros eventos que possam fomentá-lo. Em caso de dissolução, o patrimônio da Fundação reverterá em favor de entidade congênere a ser definida pelo Conselho de Curadores da Entidade.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Turismo, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.293/2005

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Alto do Cemitério, com sede no Município de Cachoeira de Minas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Alto do Cemitério, com sede no Município de Cachoeira de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2005.

Chico Rafael

Justificação: A Associação dos Moradores do Bairro Alto do Cemitério é uma sociedade civil sem fins lucrativos, registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Terceiro Ofício da Comarca de Pouso Alegre, e tem como objetivo lutar por melhoramentos urbanos e sociais na cidade de Cachoeira de Minas, principalmente no Bairro Alto do Cemitério, promovendo atividades culturais, recreativas, esportivas e comunitárias. Em caso de dissolução, o patrimônio da Associação reverterá em favor de entidade congênere inscrita no CNA.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.294/2005

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Tapiraí, com sede no Município de Tapiraí.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Tapiraí, com sede no Município de Tapiraí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2005.

Domingos Sávio

Justificação: A Associação Comunitária dos Moradores da Comunidade de Tapiraí, com sede no Município de Tapiraí, é uma entidade civil sem fins lucrativos. Tem como finalidade precípua proporcionar a difusão do civismo e da cultura física, principalmente o futebol, podendo ainda realizar reuniões de caráter social e cultural. Ademais, está em pleno funcionamento há mais de um ano, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. Visto que a entidade desenvolve um trabalho social, torna-se justa a sua

declaração de utilidade pública.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 2.295/2005

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores da Vila Estrela Dalva e da Vila São Mateus, com sede no Município de Contagem.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores da Vila Estrela Dalva e da Vila São Mateus, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2005.

Vanessa Lucas

Justificação: A instituição em causa é constituída sem fins lucrativos e tem por finalidade organizar os moradores associados a ela, para estabelecer interface com o poder público a fim de obter melhorias e obras que tragam desenvolvimento para a comunidade.

Mantém, também, o Centro de Educação Infantil Vovó Naly, que presta assistência a crianças de 3 meses até a idade de 6 anos, em regime de creche, fornecendo-lhes alimentação, educação, atendimento médico-odontológico e orientação às suas famílias acerca da melhor maneira de cuidar delas.

Pelo seu trabalho de relevância social, esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 4.563/2005, da Deputada Ana Maria Resende, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Defesa Social com vistas a que seja criada Delegacia de Polícia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente no Município de Montes Claros. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.564/2005, da Deputada Ana Maria Resende, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Município de Lontra pelo transcurso do aniversário de sua emancipação política. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 4.565/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá - ACIEI - pelo transcurso do 80º aniversário de sua fundação. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 4.566/2005, do Deputado Fahim Sawan, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Milton Toubes Alonso pelos relevantes serviços prestados na área médica à sociedade uberabense e como professor da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro.

Nº 4.567/2005, do Deputado Fahim Sawan, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Djalma Antônio Abrão pelos relevantes serviços prestados na área médica à sociedade uberabense e como professor da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro.

Nº 4.568/2005, do Deputado Fahim Sawan, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Pedro Vinhola Neto pelos relevantes serviços prestados na área médica à sociedade uberabense. (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

Nº 4.569/2005, da Deputada Vanessa Lucas, em que solicita seja consignada nos anais desta Casa manifestação de aplauso à Associação Comercial de Minas Gerais pela posse da diretoria do Conselho da Mulher empreendedora da ACMinas eleita para o biênio 2005-2006. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 4.570/2005, da Deputada Vanessa Lucas, em que solicita seja consignada nos anais desta Casa manifestação de aplauso ao Sr. José Luiz Baccarini pelo recebimento do título de cidadania honorária de Belo Horizonte. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 4.571/2005, da Deputada Vanessa Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Sra. Sueli Maria Baliza Dias por sua posse no cargo de Reitora do Centro Universitário Uni-BH. (- À Comissão de Educação.)

Nº 4.572/2005, da Deputada Vanessa Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Câmara dos Dirigentes Lojistas de Ibirité pela posse da diretoria eleita para o biênio 2005-2006. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 4.573/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Rafael Sebastião de Almeida por sua eleição como Vice-Prefeito do Município de Paula Cândido.

Nº 4.574/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. João Bosco Coelho por sua eleição como Vice-Prefeito do Município de Dom Silvério.

Nº 4.575/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Pedro Paulo dos Santos por

sua eleição como Vice-Prefeito do Município de Patrocínio do Muriaé.

Nº 4.576/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Luciano Dias Pais Netto por sua eleição como Vice-Prefeito do Município de São Francisco do Glória.

Nº 4.577/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Valter Gomes por sua eleição como Vice-Prefeito do Município de Rio Casca.

Nº 4.578/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Sinval Evaristo Fialho por sua eleição como Vice-Prefeito do Município de Pedra Bonita.

Nº 4.579/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Custódio Vieira por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Pedra do Anta.

Nº 4.580/2005, do Deputado Sebastião Helvécio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Márcio Gonçalves Carrara por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Pedra Dourada.

Nº 4.581/2005, do Deputado Sebastião Helvécio em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Ivonildo Bragioni por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Oratórios.

Nº 4.582/2005, do Deputado Sebastião Helvécio em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Nilson Guanapi Rossi por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Pequeri. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 4.583/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira pleiteando sejam solicitadas ao Secretário de Fazenda informações sobre o regime especial de tributação concedido às empresas que menciona.

Nº 4.584/2005, da Comissão de Participação Popular pleiteando sejam solicitadas ao Diretor-Geral do DER-MG informações sobre o processo referente ao asfaltamento da BR-451 no trecho que liga o Município de Marilac e o Distrito de Xonim à BR-116. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Da Comissão de Saúde, solicitando seja providenciada a realização de um Fórum Técnico para aprofundar a discussão do Plano de Gestão da Saúde 2005 para a FHEMIG. (- À Mesa da Assembléia.)

Da Comissão de Meio Ambiente, solicitando seja realizado um Seminário Legislativo com vistas a se debater o gerenciamento de resíduos sólidos e todos os aspectos que se possam abordar dentro do tema "Lixo e Cidadania". (- À Mesa da Assembléia.)

Da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja realizado nesta Casa, no mês de junho deste ano, Ciclo de Debates sobre os 15 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente. (- À Mesa da Assembléia.)

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados João Leite, Miguel Martini e George Hilton.

Questões de Ordem

O Deputado Miguel Martini - O Deputado que me antecedeu mencionou sua preocupação com a destinação dos carros que não servem mais para a CEMIG. Estou satisfeito, pois os carros não foram doados a alguém que pudesse fazer mau uso, e sim a entidades que ainda podem aproveitá-los. Ele solicita que se verifique a legalidade do fato. Creio que a primeira providência seria verificar a veracidade das informações publicadas pelos jornais, pois trata-se apenas de uma suposição. Supõe-se, por meio do jornal do sindicato de uma empresa, que tal coisa esteja ocorrendo. Existe a suposição de que veículos usados estão sendo transferidos a entidades sociais com a finalidade de prestarem serviços sociais, de forma complementar ao trabalho do Estado.

É importante que o Poder Legislativo obtenha informações e verifique a legalidade do ato. Fico feliz com o fato de que veículos velhos encontram-se em condições de utilização por entidades filantrópicas que prestam grandes serviços. Aliás, as entidades filantrópicas neste Estado e em todo o Brasil têm prestado serviços que deveriam ser executados pelo poder público, porém acabam prestando esse serviço complementar. Se for verdade o fato narrado pelo jornal do sindicato, o segundo item será verificar a legalidade, e o terceiro, verificar se foram doados a entidades sociais, o que já foi verificado. Fico satisfeito, pois não foram doados a alguém que visa apenas a usufruir do dinheiro, mas a cidadãos mineiros, que complementam e, muitas vezes, substituem o trabalho do Estado, prestando um serviço de extrema relevância à sociedade. Devemos aguardar a verificação desse fato para, posteriormente, verificarmos os dois outros itens desse requerimento. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Estou realmente sem entender o posicionamento do Líder da Maioria nesta Casa. Há algumas semanas, apresentamos uma denúncia e solicitamos esclarecimentos da CEMIG quanto ao contrato publicado em 9 de abril no "Minas Gerais", diário oficial do Governo, firmado com a empresa Adservis Serviços Ltda. O objetivo é acompanhar o processo legislativo, ou seja, a tramitação de projetos no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara dos Deputados. Essa é uma empresa que presta serviços de limpeza de imóveis. Como poderá acompanhar os projetos em Brasília? E mais: A CEMIG possui um corpo técnico administrativo excelente, composto, inclusive de advogados, e o Estado tem Bancada Federal e Senadores para ajudar no acompanhamento dos projetos. Além disso, gasta mais de R\$500.000,00 com escritório em Brasília, exatamente para tratar dos seus interesses. Por que esse escritório não pode defender os interesses da CEMIG? É lógico que pode. Inclusive o seu responsável, o Sr. Henrique Hargreaves, é muito amigo do Sr. Djalma Moraes, Presidente da CEMIG. Eles estiveram juntos no Governo Itamar.

Nenhum membro da base de Governo nos esclareceu esse dúvida. As denúncias foram publicadas nos jornais, e apenas um, da grande imprensa mineira, não as publicou. Infelizmente, até os jornais ficaram desmoralizados, porque, até agora, não obtiveram posicionamento sobre esse caso, que é muito sério.

O Deputado Rogério Correia traz denúncias do SINDIELETRO: a CEMIG está doando carros. Queremos saber quais são os critérios. Será que

são eleitores? As entidades realmente precisam desses veículos? Apesar do lucro fabuloso de R\$1.385.000.000,00, a CEMIG aumenta em mais de 23% a conta de energia elétrica, o que penaliza o consumidor, as donas de casa e os pequenos comerciantes. Muitos são obrigados a fechar a porta de seus estabelecimentos porque não dão conta de tantas taxas e impostos. Doar veículos sem discutir critérios a CEMIG pode; contratar empresa de consultoria, aumentando o valor em mais de 100%, a CEMIG também pode; contratar empresa de limpeza para acompanhar projetos no Congresso Nacional ela também pode, apesar da existência de escritório de representação de Minas em Brasília, advogados, Deputados Federais e Senadores. E os Deputados da base do Governo não nos esclarecem essa questão! Fizemos essa solicitação há mais de 10 dias. Está na hora de esclarecerem isso à população de Minas Gerais, que quer uma resposta. Exigimos tal resposta da CEMIG e do Governo de Minas. Não podemos permitir que os recursos do povo sejam utilizados sabe-se lá de que maneira. Prova disso é o projeto em que o Governo não fala para aonde vão mais de US\$170.000.000,00.

Esse é o nosso questionamento para os membros da base do Governo.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, cumprimento todos os convidados que aqui estão para discutir o tema Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, das comissões do Triângulo e do Vale do Aço e demais autoridades. Não poderia deixar de abordar um assunto neste momento. Há um projeto do Governo do Estado tramitando na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária que trará um prejuízo enorme para algumas regiões mais pobres de Minas Gerais, principalmente para as que trabalham com gemas e pedras preciosas.

Quanto aos tributos, há um projeto aqui de reforma tributária beneficiando alguns setores, mas prejudicando outros. Aliás, apresentaremos um substitutivo para evitar essa injustiça. Na verdade, ocorrerá uma guerra fiscal em Minas Gerais, e não com outros Estados. Esse projeto reduz os impostos para a região do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, Pró-Confins, e para a área de gemas e pedras preciosas. Os impostos que antigamente eram de 12% passarão para 3%. O restante do Estado ficará com 7%. Por exemplo, as regiões de Teófilo Ottoni, Mucuri, Jequitinhonha, Governador Valadares e vale do Rio Doce, que têm como atividade econômica a geração de empregos e, até mesmo, a exportação, ficarão extremamente prejudicadas quando as suas empresas e indústrias se deslocarem para a região de Belo Horizonte, a fim de garantir a permanência do trabalho, a geração de empregos e a produção da indústria.

Isso é grave para o Estado. Se devemos discutir prioritariamente algumas atividades econômicas, é preciso elaborar um melhor estudo no Estado, e não prejudicar regiões mais empobrecidas que vivem de determinadas atividades econômicas gerando o desemprego, diminuindo as empresas e possibilitando, de fato, a redução dessas atividades. Mesmo que revitalizem os impostos e a exportação na região do Pró-Confins - aliás, temos um acordo -, acreditamos ser importante fazê-lo não em prejuízo do restante do Estado, especialmente das regiões de Teófilo Ottoni, Mucuri, Jequitinhonha e vale do Rio Doce, que têm como atividade econômica a mineração e a exportação de pedras preciosas, visando a milhares de empregos e muitas empresas naquela região.

Essa é a nossa indignação. Apresentamos um substitutivo na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para evitar essa injustiça fiscal e garantir o emprego das empresas nessas regiões do Estado. Muito obrigada.

O Deputado Leonídio Bouças - Sr. Presidente, cumprimento o público das galerias que aqui está para participar do debate da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Parabéns por conseguiram chegar com vida.

Abordarei novamente a questão das estradas em Minas Gerais. Não há mais condições de suportar essas promessas que não se tornam realidade. Tenho em mão um jornal da minha região, Uberlândia, em que está escrito: "Recuperação da BR-365 é só promessa".

Toda a bancada que representa o Triângulo Mineiro, o Alto Paranaíba e o Noroeste, os Senadores presentes de Minas Gerais e os Deputados Federais estivemos em Brasília, em meados do mês de março. Comparecemos ao gabinete do Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, que disse que estaria vindo a Minas Gerais, em especial ao Triângulo Mineiro, no final do mês de março, para dar início às obras da BR-365 e da BR-050.

Naquela oportunidade, expressamos ao Ministro a nossa vontade de que ele viesse a Minas Gerais, sobretudo ao Triângulo Mineiro, só depois de iniciadas as obras. Não precisava vir a Minas Gerais, assim como o Presidente Lula, que também manifestou a vontade de vir à região, para anunciar essas obras. Não era preciso que viessem tão cedo, no final de março. O povo do Triângulo Mineiro e de toda Minas Gerais preferia que viessem depois de iniciadas as obras, pois o povo não estava mais acreditando nessa promessa. Ele disse que as obras iriam começar no fim de março ou no início de abril. No entanto estamos no final de abril e quase no início de maio, e as obras não começaram.

Então, Sr. Presidente, estamos apresentando um requerimento para que se agilizem, realmente, essas obras. Nossas estradas estão causando prejuízos financeiros, e também várias famílias estão perdendo entes queridos devido a essa situação de calamidade. Daqui a pouco, as chuvas chegarão, e a situação piorará.

As pessoas que não estão viajando e que não trabalham nas estradas, indo de um lugar ao outro para fazer o escoamento da produção, não conseguem acreditar em fotos como essas que estão na minha mão. São muitos buracos e crateras nessas estradas. Por isso queremos insistir com o Ministro dos Transportes para que libere as verbas para as obras em Minas Gerais.

Para finalizar, Sr. Presidente, apresento, em conjunto, um requerimento concernente ao início das obras da BR-365, que atravessa todo o Triângulo Mineiro em direção a Goiás. Próximo ao Município de Monte Alegre de Minas, é necessário que se construam passarelas, acostamentos, iluminação, trevo e sinalização. Aquela BR corta aquela cidade, e vários acidentes ocorrem ali. Não há condições de haver trafegabilidade naquele município, pois a rodovia o corta bem próximo ao centro. Daí o motivo da apresentação deste requerimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Cesar - Sr. Presidente, solicitei a palavra para comunicar um fato importante ocorrido na nossa região.

Há mais de 15 anos, temos lutado para a implantação de uma agência do INSS em Nova Serrana e região. Há 16 anos não se cria uma agência na região Centro-Oeste. Temos feito reivindicações com esse objetivo ao Governo Federal. Recentemente, pedimos a ajuda do ex-Deputado Márcio Cunha, Superintendente do INSS em Minas Gerais, e do Senador Hélio Costa para essa questão.

Tivemos, ontem, a grata satisfação de ver publicada, no "Diário da União", a criação da agência do INSS em Nova Serrana. Fomos informados, ontem, pelo Superintendente que, dentro de 90 dias, estaremos lá inaugurando essa agência.

Faço, então, essa comunicação e agradeço ao ex-Deputado Márcio Cunha e ao Senador Hélio Costa por nos terem ajudado a atingir êxito nessa reivindicação junto ao Governo Federal. Trata-se de uma obra muito importante para o Centro-Oeste de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para a realização do Ciclo de Debates sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

- A ata desse evento será publicada em outra edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Estão reabertos os nossos trabalhos ordinários.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelos Deputados João Leite, Miguel Martini e George Hilton, que foram publicadas na edição anterior.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Padre João) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 29, às 10h30min, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 26/4/2005

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados Rogério Correia e Weliton Prado; aprovação - Questões de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Votação de Requerimentos: Requerimento do Deputado André Quintão; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado André Quintão; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 439/2003; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.613/2004; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.614/2004; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.725/2004; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.144/2005; aprovação com as Emendas nºs 1 a 3 - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2004; discurso do Deputado Ricardo Duarte; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Edson Rezende - Elisa Costa - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jesus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Elmiro Nascimento, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, observei com atenção a leitura da ata, em que foi levantada questão de ordem feita por vários Deputados em relação ao Tribunal de Contas. Foram questões de ordem importantes. Concordo com o que foi falado pelos Deputados, já que o Tribunal de Contas mandou retirar um projeto já aprovado em, 1º turno, e que regulamentava a existência do Ministério Público dentro do Tribunal de Contas.

Além disso, o Tribunal de Contas, até hoje, não realizou o concurso para que sejam escolhidos quatro Auditores do próprio Tribunal de Contas.

Então, o Tribunal de Contas, além de tudo o que foi dito, está inadimplente com a própria legislação que o obriga a fazer isso.

No entanto, não foi lembrada a questão de ordem levantada pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão, que também solicitou da Mesa averiguação imediata num processo de exclusão da Comissão de Saúde da TV Assembléia. Processo esse que nós, da Bancada do PT e do PCdoB, consideramos como uma clara censura feita, e que não sabemos por ordem de quem. Embora me tenha sido dito, com muita clareza, que isso se deu por ordens superiores.

Por tratar-se de um requerimento de minha autoria e pelo fato de estar naquele dia na Comissão de Saúde, não posso deixar de cobrar que na ata conste, de fato, a nossa exigência - o Deputado Adelmo Carneiro Leão a fez na parte da tarde e eu a reitero neste momento - para que seja investigado pela Mesa a responsabilidade pela censura imposta à TV Assembléia.

Houve uma reunião do nosso Bloco PT-PCdoB, e reiteramos que é inaceitável qualquer processo de censura no interior da TV Assembléia.

Se os órgãos de imprensa, por um motivo ou outro, não querem se pronunciar em relação a questões que desagradam ao Governador do Estado, a TV Assembléia não pode adotar o mesmo critério.

Ninguém poderia ter dado ordem para tirar a Comissão do ar, em plena TV Assembléia, num ato explícito de censura que faz lembrar o AI-5 da época da ditadura militar, mesmo que o que se discutia não fosse do agrado de seja lá quem for. Aquele dia, provavelmente, não era do agrado do Sr. Governador, porque cobrávamos a aplicação da Emenda à Constituição nº 29. Em 2003 e 2004, o Governo do Estado deixou de investir R\$1.000.000.000,00 em obrigações impostas pela Constituição. Mesmo que em reunião com o Ministério da Saúde, com a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, com sindicalistas e trabalhadores do hospital de Venda Nova, denunciássemos que aquele hospital está sendo privatizado por meio de OSCIPs e que o Ministério tem ações para impedir tal privatização e mesmo que criticássemos a não-distribuição de medicamentos pela Secretaria de Saúde já exigida pela justiça, a reunião da Comissão deveria ter sido exibida até o fim.

O fato é grave. Temos indícios de que isso ocorreu não por culpa de um ou outro funcionário, mas por determinação da Casa. Se não foi do Presidente, como ele próprio afirmou, a responsabilidade deve ser apurada. Aceitar censura à TV Assembléia é inadmissível. Ou corrigimos o erro ou nós, do Bloco PT-PCdoB, estaremos impedidos de continuar até mesmo compondo a Mesa da Casa, porque estaríamos, assim, concordando com a censura feita a um instrumento democrático.

Repito que, se outras emissoras preferem não dar seqüência a assuntos aqui tratados que não agradam ao Governador do Estado, podem fazê-lo, mas a TV Assembléia não pode adotar o mesmo procedimento, porque é uma TV pública e, como tal, está obrigada a relatar a pluralidade das opiniões aqui colocadas.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir a ata, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - As ponderações do Deputado Rogério Correia procedem e são seriíssimas. Reivindicamos que a questão de ordem do Deputado Adelmo Carneiro Leão conste da ata. Temos direito à liberdade de expressão.

Por diversas e diversas vezes, cobrei o posicionamento desta Casa em relação ao funcionamento da TV Assembléia. A população tem o direito de saber o que acontece aqui. E inúmeros foram os problemas enfrentados nestes mais de dois anos de legislatura.

Além de problemas de sinal, ocorrem também falhas no áudio e nas imagens da TV. Quando discutimos os projetos das Taxas de Incêndio, para chamar a polícia e para fazer boletim de ocorrência, o aumento do IPVA e das custas judiciais, muitas vezes, questionamos por que falas nossas na tribuna não iam para reprise.

Temos de garantir o direito de cada Deputado se pronunciar, ainda mais quando a assunto é saúde.

Quantas e quantas vezes pedimos ao Governo do Estado o cumprimento imediato da Emenda à Constituição nº 29, que garante a aplicação, na saúde, de 12% de tudo o que é arrecadado no Estado. O déficit nessa área chega a R\$700.000.000,00.

O Deputado Rogério Correia tem toda razão de solicitar da Presidência da Casa e da Mesa uma resposta a respeito do que aconteceu.

Precisamos saber por que a transmissão da audiência pública sobre a saúde foi tirada do ar. Em outros momentos também aconteceram problemas parecidos. Logo, exigimos um posicionamento; a população de Minas cobra uma resposta. Será que foi uma determinação desenfreada do Governo do Estado para que as pessoas não saibam o que acontece em Minas, principalmente nas discussões da Assembléia? Espero que não. Aguardamos uma resposta o mais rápido possível.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece ao Deputado Rogério Correia que a ata é publicada na íntegra no Diário Oficial, conforme o art. 41 do Regimento Interno. Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

Questões de Ordem

O Deputado Gustavo Valadares - Há praticamente uma semana e meia, tivemos a final do campeonato mineiro, e a equipe do Ipatinga, uma cidade do interior, conseguiu sagrar-se campeã. Deixo os votos de parabéns, creio que de todos os Deputados, ao Presidente do clube, Itair, aos jogadores e à comissão técnica, pelo belo título conquistado. Esperamos que o Ipatinga continue se fortalecendo para o campeonato do ano que vem. Parabenizamos - até mesmo nós, atleticanos - o Cruzeiro pelo vice-campeonato. Obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, a insubordinação do Ipatinga ao Cruzeiro foi semelhante à do Tribunal de Contas à Assembléia. Afinal, um seria auxiliar do outro e acabou se insurgindo, como ocorreu na final do campeonato mineiro.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado André Quintão, solicitando tramitação em regime de urgência para o Projeto de Resolução nº 2.144/2005. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado André Quintão, em que solicita a inversão da pauta da presente reunião, de modo que o Projeto de Resolução nº 2.144/2005 seja apreciado em 1º lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 439/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Indianópolis. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 439/2003 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.613/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Central de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.613/2004 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.614/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Padre Paraíso o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.725/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muzambinho o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.144/2005, da Mesa da Assembléia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6/11/97, que contém o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovadas. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Resolução nº 2.144/2005 com as Emendas nºs 1 a 3. À Mesa da Assembléia.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2004, do Deputado Ricardo Duarte e outros, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e revoga o § 4º do seu art. 82. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. Em discussão, a proposta. Com a palavra, para discutir, o Deputado Ricardo Duarte.

O Deputado Ricardo Duarte* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há dois anos na Casa temos mostrado aos nossos companheiros a preocupação com a criação de escolas médicas no Estado sem autorização do Conselho Nacional de Saúde e do MEC. O art. 82, § 4º da Constituição Mineira permite que as fundações do Sistema Estadual de Ensino, que são 27, possam criar cursos superiores sem avaliação federal, ferindo o que determina a LDO que exige que o Conselho Nacional ou o MEC possam avaliar, não só a necessidade, como os critérios de criação desses cursos. Esse art. 82, na minha opinião, é inconstitucional e fez com que, em 1996, o Ministério Público entrasse com ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, para impedir a criação dos vários cursos superiores.

Enquanto essa ação direta de inconstitucionalidade não é julgada, os mais diversos cursos estão sendo criados. Sem pretender generalizar, alguns não têm a menor condição de funcionamento. É muito séria a nossa responsabilidade com a formação profissional de vários segmentos, especialmente em relação à medicina, pois escolas estão sendo criadas sem biblioteca, laboratórios e hospital-escola e sem o mínimo de condições para oferecer residência médica, cobrando mensalidades que variam de R\$2.500,00 a R\$3.000,00. Alguns cursos estão formando profissionais que não têm condições mínimas de formação ética e profissional no que diz respeito à saúde pública. O Conselho Regional de Medicina está disposto a não conceder carteiras profissionais aos formandos das escolas contra as quais acionaram a justiça. Em Minas Gerais, cinco escolas da área de medicina encontram-se nessa situação. Estão formando bacharéis que não estão aptos para exercer a sua profissão.

Além disso, há a questão séria referente ao direito do consumidor. Permitimos que cursos, sem condições de funcionar, cobrem mensalidades excessivamente altas e não devolvam ao indivíduo um mínimo do que foi contratado.

Diante disso, apresentamos essa proposta de emenda à Constituição para adequar a Constituição Mineira à LDB. Inicialmente, a proposta era a seguinte: todos os cursos do ensino superior só poderiam ser criados mediante autorização do MEC ou do conselho nacional da área correspondente. Foi anexada a essa proposta uma outra, de autoria dos Deputados José Henrique e Rêmolo Aloise, estabelecendo exatamente o contrário do que pretendia essa proposta de emenda. Apresentado o substitutivo pela Comissão Especial que analisou essa proposta, permitiram que apresentássemos emendas, excluindo os cursos da área de saúde da autorização do Conselho Estadual da Educação. A criação da UEMG acabou sendo, na prática, a causa da permissão desse artigo da Constituição Mineira, que vem se arrastando por 15 anos, já que essa universidade existe apenas no papel. Isso causou-nos uma situação absolutamente imprópria em relação à discussão do ensino superior em Minas. Ou adequamos a nossa legislação mineira à Constituição Federal, ou perdurará essa situação esdrúxula de ser possível realizar coisas aqui que, em outros lugares, não são permitidas. A nossa responsabilidade, ao legislar, é a de fornecer condições mínimas às faculdades criadas, a fim de educarem adequadamente os nossos jovens que sonham com uma universidade.

Não há mais curso técnico, todos querem estudar na universidade, o que é necessário na disputa do mercado, mas não é possível continuarmos formando pessoas sem condições adequadas. Não podemos permitir que escolas que se tornaram absolutamente mercantilistas e não têm nenhum compromisso com a educação e a formação profissional, de fato, continuem a existir, nas várias áreas.

Como o objetivo dessa PEC era fechar as portas para todas as faculdades de Minas, não foi possível um acordo para isso. Pensamos que fechar as portas para a criação de escolas na área de saúde, no caso, sem autorização federal... Não é uma questão de não se ter escolas. Admitimos que elas são necessárias, sim. Algumas áreas de Minas não têm... Um paralelo acima de Belo Horizonte, o Norte, o vale do Jequitinhonha e o Noroestes, precisa da criação de novas escolas superiores. Não há dúvida quanto a isso. A questão é qualidade. Temos obrigação de zelar pela qualidade da formação do ensino superior em Minas.

No ano passado, o Governador autorizou o funcionamento de seis escolas de medicina, mas nenhuma delas ficava no Norte, na área que necessitava. Todas elas foram contestadas na Justiça pelo Conselho Regional de Medicina. Ficaremos aqui de braços cruzados, se temos a obrigação de legislar nessa área? Precisamos acordar para essa questão. Somos 13 médicos nesta Assembléia, e temos a visão clara da gravidade do que é um jovem sem formação generalista mínima, sem condições e sem uma visão humanista e ética dessa profissão. Não podemos permitir que isso ocorra. Proponho a todos que aprofundemos no estudo dessa questão e que aproveemos esse pequeno avanço, a Emenda nº 3 da PEC 78, para não permitirmos mais que o Conselho Estadual de Educação autorize a criação de escolas da área de saúde, sem as necessárias manifestações do Ministério de Educação e do Conselho Nacional de Saúde.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Ricardo Duarte, a quem parabenoza pela PEC. Quero dizer da minha experiência por 6 anos como professor da faculdade de Medicina, nos anos 80, e como profissional. Se compararmos os meados dos anos 80 com 20 anos depois, veremos o quanto proliferaram faculdades de medicina e outras. Falemos daquela que conhecemos bem e sabemos ser importante, porque forma médicos que cuidam da vida, e esta está na vida dos profissionais. A questão da abertura de novas escolas médicas e outras prima mais pelo aspecto comercial, porque virou um bom negócio abri-las. Os cursos são muito caros e possuem mensalidades que variam de R\$2.000,00 a R\$3.000,00. Mudaram a forma e o conceito defendidos pelas escolas de medicina do mundo, especialmente as da Europa e dos Estados Unidos. Precisamos formar profissionais em quantidade e qualidade, de acordo com a demanda da população, para atender com segurança o cidadão.

Digo isso com a experiência de quem esteve na escola no início dos anos 80, quando havia determinado quantitativo de instituições médicas, e 20 anos depois parte delas formam, sem condições, centenas, milhares de profissionais, não têm hospital-escola para dar a atenção adequada aos alunos nem quadro de professores para dar atenção a inúmeras outras escolas que são abertas. Até a demanda por professores com mestrado ou doutorado está acima do que é ofertado.

Duas questões devem ser levadas em conta: primeiramente, a LDB está acima da Constituição do Estado de Minas Gerais, portanto, tem de ser ajustada, como V. Exa. abordou muito bem. Em segundo lugar, é preciso alertar a população mineira para o fato de que precisamos de profissionais adequados, porque, no momento da decisão médica, eles precisam estar bem qualificados. É essa a defesa que faz o Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais, que começa a colocar a sua avaliação como pressuposto para liberar ou não, aceitar ou não o diploma expedido por determinada escola. Sua função principal é fiscalizar o exercício profissional da classe. Louvamos a atitude desse Conselho, que se posiciona com muita coragem. É preciso fiscalizar o exercício profissional, mas também é fundamental que isso seja feito na origem, ou seja, no momento de formação dos profissionais, avaliando-se as condições e as instalações das faculdades que ministram o curso superior de Medicina. Fazer medicina não é brincadeira. V. Exa. é médico e sabe disso. Em momentos de decisão sobre uma doença agudizada ou crônica, que caminha para a piora, está-se decidindo sobre a vida. Assim, uma decisão boa pode salvar uma vida, e uma decisão equivocada pode ser letal.

Deputado Ricardo Duarte, não somente nos aliamos à proposta de emenda à Constituição apresentada por V. Exa., como também a uma discussão maior: a formação de médicos não pode ser fonte econômica para sustentar empresários que querem explorar o mercado superlotado que aí está. Por um lado, é preciso que haja qualidade, e, por outro, é preciso garantir condições para os profissionais. À medida que se multiplica o número de médicos por ano, a disputa pelo mercado não lhes dá condições de sobrevivência. Aí, esses profissionais passam a trabalhar em dois, três ou quatro lugares no mesmo dia. Sua vida fica sacrificada e estressante, diminuindo muito sua qualidade.

Não poderia deixar de manifestar o meu apoio a sua proposta. Avançando na nossa preocupação, ressaltamos que é preciso que as instituições médicas participem dessa discussão. Lembro-lhes que foi organizada e constituída a Ordem dos Médicos de Portugal, naquele país, para definir as questões da qualidade e do mercado, de forma que as pessoas, ao se formarem, tenham condições de exercer sua profissão dignamente e receber seus proventos para manter sua vida. Esse é um caminho interessante que começa a ser discutido no Brasil e que está bastante avançado em Minas, além de ser uma maneira de os médicos brasileiros avaliarem o processo de forma crítica.

Parabenizamos V. Exa. pela iniciativa do projeto e pela qualidade da discussão que tem trazido a esta Casa.

O Deputado Ricardo Duarte* - Deputado Edson Rezende, obrigado. Na verdade, a idéia era fazer isso com todas as escolas de ensino superior. É preciso encarmos a educação superior não somente como espaço de mercado. Antes de mais nada, ela deve ter o compromisso com a qualidade. Como nos sobrou somente a área de saúde - Medicina, Odontologia e Psicologia - para a negociação com as várias forças da Casa - isso é normal aqui -, conseguimos um pequeno avanço na área da saúde. Apesar disso ser pouco para o que queremos, é o melhor que temos hoje.

A mercantilização em todas as áreas de ensino superior é um absurdo. Na área de Medicina, pomos em risco a vida das pessoas. Além disso, os companheiros formados não teriam condições de disputar o mercado.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Deputado Ricardo Duarte, parabenoza V. Exa. pelo brilhante trabalho que desenvolveu à frente da Comissão de Saúde como Presidente. Sinto-me feliz e honrado pela sua fascinante atuação. Hoje V. Exa. apresenta questões sérias como a da UEMG. Infelizmente a UEMG não é universidade estadual, não é pública nem gratuita. O Governo não cumpriu a sua promessa de campanha, ou seja, ainda não teve peito para isso. O Governador Aécio Neves prometeu que descentralizaria a UEMG com vários campos avançados em todas as regiões de Minas Gerais. Infelizmente, até hoje isso não saiu do papel. Não há vontade política. Além disso, não cumpre o que manda a Constituição do Estado de aplicar os 2% de tudo que é arrecadado para a UEMG e 1%, em pesquisa. Por várias vezes disse isso. Paulo Freire já dizia que, "se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda". Isso é verdade. Se não investirmos em ciência e tecnologia e em pesquisa e extensão de maneira séria e realmente comprometidos com o projeto de inversão de prioridades, não promoveremos as mudanças de que tanto precisam o nosso Estado e o nosso País.

V. Exa. aborda questões sérias. Se me permite, gostaria de fazer uma cobrança ao Líder de Governo desta Casa que, até hoje, não deu resposta. Há alguns dias apresentei uma denúncia na tribuna desta Casa. No dia 9 de abril, publicou-se no "Minas Gerais" um contrato entre a CEMIG e a Adser Serviços Ltda., de prestação de serviços para o acompanhamento do processo legislativo no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Estranhamos um fato. Quando verificamos a razão social dessa empresa, descobrimos que a sua razão jurídica, ou seja, a sua prestação de serviços é de limpeza de imóveis. Como uma empresa de limpeza poderá acompanhar o processo legislativo em Brasília? Além disso, essa empresa é de São Paulo. Esse contrato tem a validade de 12 meses, num valor de R\$2.000,00 por mês, totalizando aproximadamente R\$25.000,00. O Governo de Minas, já tem um escritório de representação em Brasília. O Governo do Estado paga mais de R\$600.000,00 para que esse escritório funcione em Brasília. O responsável por ele é o Sr. Henrique Hargreaves, que esteve no Governo anterior junto com o Presidente da CEMIG. Aliás, eram amigos. Com toda infra-estrutura, corpo técnico e administrativo e grande número de advogados, com escritório de Minas em Brasília, com Deputados Federais e Senadores para ajudá-la a acompanhar esses projetos, a CEMIG teve de fazer um contrato de consultoria, de acompanhamento com uma empresa, cuja razão social é a limpeza.

Isso muito nos estranha. Já pedimos uma explicação. Apresentamos um requerimento solicitando informações da CEMIG e do Governo do Estado ou que alguém representando o Governo nesta Casa apareça e dê uma justificativa. A imprensa anunciou em praticamente todos os jornais, mas, infelizmente, até agora nem uma vírgula foi esclarecida. Todos os Deputados da Base do Governo se calaram em relação a esse assunto. Queremos um esclarecimento, uma informação do que aconteceu nesse caso da CEMIG, que contratou uma empresa de limpeza para acompanhar os projetos no Congresso Nacional.

Por fim, quero parabenizá-lo, Deputado. Realmente sinto orgulho. Estamos aprendendo muito com você nesta Casa. No entanto, temos que aprofundar a discussão principalmente na área da saúde e pedir um posicionamento sério do Governo do Estado, porque não podemos brincar com a saúde, com a vida humana. Já dissemos que o déficit na saúde é da ordem de R\$700.000.000,00 por ano. Não se cumpre a Emenda à Constituição Federal nº 29. Cobramos do Ministério Público e do Poder Judiciário que tomem providências, porque, se não estão cumprindo a legislação, com certeza o Governador e o Secretário de Saúde, que são os gestores da área, devem ser punidos, até impedidos de se candidatar. A lei tem que ser para todos, e não apenas para ladrões de galinhas, como muitas vezes vemos. Infelizmente é assim que, em alguns casos, funciona a justiça no nosso País. Tem que ser cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal, e esperamos que o Governo dê exemplo e aplique, de fato, os 12% que são exigidos pela Emenda Constitucional nº 29. Mais uma vez, faço essa cobrança.

Sr. Presidente, quero aproveitar para dizer que estão aqui presentes na Assembléia o Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, Vereador Ten. Lúcio, a Vereadora Jerônima Carlesso e o Vereador Antônio Carrijo. Obrigado.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Deputado Ricardo Duarte, quero fazer um registro do significado, da importância da proposta de emenda à Constituição de sua autoria, um registro solidário.

Existe na realidade brasileira, em função da implantação e da universalização do SUS e do Programa de Saúde da Família, uma grande necessidade de profissionais. Mas isso não quer dizer que tenhamos que aceitar aqueles que não primam pela qualidade de ensino, principalmente as universidades. Assim, tanto precisamos ampliar os recursos na saúde, na esfera dos municípios, do Estado e do Governo Federal, quanto temos de cuidar para que tenhamos institutos, escolas de nível superior, universidades e faculdades que venham, de fato, preparar profissionais qualificados, humanizados e que possam contribuir com o SUS e com o Programa de Saúde da Família, enfim, com os programas e a política nacional e estadual.

Acho que, se tivéssemos mais recursos no Estado de Minas Gerais principalmente, teríamos uma oferta melhor na área da saúde. Mas quero registrar a importância do projeto e deixar o nosso apoio, o nosso voto favorável, para que projetos como esse, que mostram que educação deve ser prioridade - mas educação de qualidade, educação gratuita - ocupem o espaço do debate nesta Assembléia. Esse projeto mostra o compromisso da sua luta como médico, como militante e, principalmente, como ser humano preocupado com a população mais pobre do nosso País e de Minas Gerais. Parabéns.

O Deputado Ricardo Duarte* - Obrigado, Deputada Elisa Costa. Na verdade, a luta pela educação pública e gratuita vai continuar. Não podemos desprezar a iniciativa privada nessa área, porque ela é complementar, é importante, mas precisamos exigir qualidade. Sem qualidade estaremos falhando nos nossos compromissos com a população.

Questão de Ordem

O Deputado Ricardo Duarte - Sr. Presidente, solicito o encerramento, de plano, desta reunião por falta de quórum, até porque não quero ficar falando apenas para poucos Deputados. Gostaria que o tempo que me resta me seja garantido em outra data. Obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 27, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial do IPSEMG, em 14/4/2005

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Miguel Martini, Carlos Pimenta e Edson Rezende, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir convidados que irão expor sobre o IPSEMG, a fim de subsidiar os trabalhos da Comissão. Registra-se a presença dos Srs. Mauro Lobo Martins Júnior, Presidente do IPSEMG; Gleisson Pereira de Souza, Diretor de Previdência do IPSEMG; André Felipe Carneiro, Superintendente de Gestão do IPSEMG; Roberto Fonseca, Superintendente de Saúde do IPSEMG; e das Sras. Eni Hermoth Antonino, Superintendente de Interiorização do IPSEMG; Berenice Coutinho Malheiros dos Santos, Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças do IPSEMG; e do Sr. Antônio Alves Prímola, Assessor de Finanças, representando a Sra. Joelita Mares de Bessa, Superintendente da Divisão de Material e Patrimônio do IPSEMG, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Edson Rezende, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues solicitando que seja incluída na pauta de discussão da Comissão a atual situação do atendimento de saúde prestado por meio do IPSEMG nos Municípios de Montes Claros, e Bocaiúva e região; Carlos Pimenta solicitando que a Comissão convide os responsáveis pelos Centros Regionais do IPSEMG no interior para discutir a situação dos serviços prestados aos beneficiários e aos dependentes do interior, prestar informações sobre as emergências, apresentar sugestões e contribuir para o aperfeiçoamento do IPSEMG; Edson Rezende solicitando que o Presidente do IPSEMG informe à Comissão a situação financeira e atuarial do exercício da função Saúde pelo IPSEMG, inclusive cópias integrais de estudos atuariais realizados nos últimos cinco anos; e Miguel Martini solicitando que a Comissão visite os Estados do Paraná, de Goiás, de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, para conhecer suas experiências na gestão dos serviços de assistência à saúde de seus servidores, propondo, ainda, que essas visitas sejam acompanhadas pela direção do IPSEMG. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2005.

Miguel Martini, Presidente - Edson Rezende - Carlos Pimenta - Ivair Nogueira.

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Laudelino Augusto, Doutor Ronaldo, João Leite, Paulo Piau, Sávio Souza Cruz e Carlos Gomes, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Elisa Costa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Laudelino Augusto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Piau, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício dos Srs. Paulo Roberto Coutinho e Suzana Costa Coutinho, do Centro de Assessoria Sapucaí, de Pouso Alegre, em que encaminha cópia de documentos e correspondências enviadas a órgãos e instituições de proteção ao meio ambiente sobre a situação da empresa MS Metais, e solicita providências desta Comissão, e carta do Sr. Olavo Nogueira Dell'Isola, Coronel Aviador Reformado, em que solicita empenho desta Comissão a fim de preservar a história, a memória e os cartões-postais de Belo Horizonte. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nºs 984/2003, em 1º turno (redistribuído ao Deputado Sávio Souza Cruz); 1.650/2004, em 2º turno (redistribuído ao Deputado João Leite), e 2.074/2005, em turno único (Deputado Doutor Ronaldo). Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Laudelino Augusto (2), solicitando seja enviado ofício ao Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, a fim de que sejam tomadas providências e para se destinar um maior efetivo para o Estado; aos Ministérios da Justiça, do Planejamento e Gestão e órgãos afetos, solicitando a realização de concurso público destinado ao preenchimento de vagas existentes e à criação de novas vagas no quadro operacional da Polícia Federal; seja realizada visita às áreas contaminadas de Minas Gerais constantes em relatório do Ministério da Saúde e seja enviado ofício àquele Ministério solicitando cópia do relatório sobre as áreas contaminadas no Brasil; da Deputada Elisa Costa, em que pleiteia seja realizada reunião para debater, em audiência pública, na cidade de Governador Valadares, os problemas relacionados à interrupção da implantação do novo aterro sanitário; e do Deputado João Leite, em que pleiteia seja realizada reunião para debater, em audiência pública, na cidade de Carangola, o grave risco de acidente ambiental no Bairro Panorama. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2005.

Laudelino Augusto, Presidente - Doutor Ronaldo - Lúcia Pacífico.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 3/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 4.355/2005, do Deputado Doutor Viana; 4.461/2005, do Deputado Célio Moreira; e 4.522/2005, do Deputado George Hilton.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 3/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9 horas do dia 4/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.090/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimento nº 4.538/2005, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da CPI da Mina Capão Xavier, a realizar-se às 10 horas do dia 5/5/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o depoimento do Sr. Inácio Pereira Garcia Júnior, Gerente Regional do IEF.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 16 horas do dia 2/5/2005, destinada à comemoração dos 60 anos de fundação do PTB.

Palácio da Inconfidência, 29 de abril de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 2/5/2005, destinada à comemoração dos 70 anos da Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Prestação de Serviços de Araguari.

Palácio da Inconfidência, 29 de abril de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Elisa Costa, Ermano Batista, José Henrique, Márcio Kangussu e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 2/5/2005, às 14 e às 20 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os pareceres sobre emendas apresentadas no 1º turno aos Projetos de Lei nºs 2.004, 2.006, 2.007 e 2.008/2004, do Governador do Estado, e o parecer para o 2º turno do Projeto de Lei nº 2.178/2005, do Governador do Estado e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2005.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Adelmo Carneiro Leão, Ermano Batista, George Hilton, Gustavo Corrêa e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/5/2005, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 2.011/2004, da Comissão de Participação Popular, 2.016/2004, do Deputado Doutor Viana, 2.096/2005, do Deputado Sávio Souza Cruz, 2.152/2005, do Deputado Leonardo Moreira, 2.209/2005, do Deputado João Leite, e 2.243/2005, do Deputado Gustavo Corrêa; a discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 2.160/2005, do Deputado Arlen Santiago, 2.198/2005, do Deputado Zé Maia, 2.201/2005, do Deputado Sávio Souza Cruz, 2.218/2005, do Deputado Laudelino Augusto, 2.242/2005, do Deputado Gustavo Corrêa, 2.245/2005, do Deputado João Leite, e 2.246/2005, do Deputado Ricardo Duarte, e a discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Djalma Diniz, Irani Barbosa e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/5/2005, às 14 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Contagem, com a finalidade de se debaterem as reclamações no atendimento prestado pelo serviço de medicina e segurança do trabalho da Prefeitura Municipal de Contagem, com a presença de convidados, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2005.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, João Leite, Paulo Piau e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/5/2005, às 9h30min, na Central das Associações do Jaíba - CENTRAL - JAI -, situada em Mocambinho, Município de Jaíba, para debater o Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2005.

Laudelino Augusto, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.090/2005

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública o Núcleo Comunitário de Segurança Pública do Distrito de Crisolia, com sede no Município de Ouro Fino.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A instituição em causa, no cumprimento de seus dispositivos estatutários, trabalha na consolidação dos direitos fundamentais do cidadão. A dignidade humana é prioridade, e, assim, são realizadas diversas ações que objetivam não só o acesso à justiça, mas a conquista de condições mínimas que traduzam a consolidação da cidadania.

A entidade, ao integrar os moradores da região onde atua, ouve as demandas sociais, com o intuito de atendê-las ou encaminhá-las às autoridades competentes.

Por sua atuação, ela merece o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.090/2005 em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2005.

Roberto Ramos, relator.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso ao Detetive Giovanni Luiz Victorino de Souza, lotado na 36ª Delegacia Seccional de Polícia pelos serviços prestados à comunidade da Região do Barreiro (Requerimento nº 3.644/2004, do Deputado Célio Moreira);

de congratulações com a Federação das APAEs do Estado pela passagem do "Dia das APAEs", comemorado em 11/12/2004 (Requerimento nº 3.666/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Leonardo Freitas, Presidente do SITRAMICO-MG pela passagem do 57º aniversário da instituição (Requerimento nº 3.668/2004, do Deputado Leonardo Quintão);

de congratulações com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, com sede no Município de Montes Claros, pelo projeto de recuperação e ressocialização dos detentos da cadeia pública desse município (Requerimento nº 3.810/2004, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a Cooperativa Agropecuária de Cristina, por ter o café obtido o maior preço já alcançado no mundo na comercialização em leilão (Requerimento nº 3.811/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso à Cooperativa Agropecuária de Bom Despacho - COOPERBOM pelo trabalho realizado no cenário econômico do município (Requerimento nº 3.819/2004, do Deputado Paulo Cesar);

de congratulações com o Secretário de Estado de Turismo pela indicação à medalha Calmon Barreto, concedida pelo Governo do Estado (Requerimento nº 3.899/2004, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Presidente da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR -, pela indicação à Medalha Calmon Barreto, concedida pelo Governo do Estado (Requerimento nº 3.900/2004, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com a Reitora da UNIARAXÁ, pela indicação à medalha Calmon Barreto, concedida pelo Governo do Estado (Requerimento nº 3.901/2004, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Presidente do Sistema FIEMG pela indicação à Medalha Calmon Barreto, concedida pelo Governo do Estado (Requerimento nº 3.902/2004, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. José Sad Júnior por sua indicação para a Medalha Calmon Barreto (Requerimento nº 3.903/2004, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o CREA-MG pelo Dia do Engenheiro e do Arquiteto (Requerimento nº 3.931/2004, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à Fiat Automóveis pelo prêmio Os Melhores do Setor Automotivo 2004 (Requerimento nº 3.932/2004, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Sr. Márcio Nunes por sua nomeação para o cargo de Presidente da COPASA-MG (Requerimento nº 3.960/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Silas Brasileiro por sua posse como Secretário de Agricultura (Requerimento nº 3.961/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Luiz Antônio Pio por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Ibitiúra de Minas (Requerimento nº 3.946/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Sr. Luís Cláudio Coimbra por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Córrego Danta (Requerimento nº 3.947/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Sr. Luiz Carlos Ruffo por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Oliveira Fortes (Requerimento nº 3.948/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Sr. Márcio Heleno da Mata por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Esmeraldas (Requerimento nº 3.949/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Sr. Marcos Antônio Fiúza Alonso por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Luz (Requerimento nº 3.950/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Sr. Mário Lúcio Moreira por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Ibitité (Requerimento nº 3.951/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Sr. José Gomes Branquinho por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Unaí (Requerimento nº 3.952/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Sr. José Maria de Figueiredo por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal do Serro (Requerimento nº 3.953/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Sr. José Rosa de Oliveira por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Jaguaráçu (Requerimento nº 3.954/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Sr. Leopoldo Fidelis de Sá por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Itambé do Mato Dentro (Requerimento nº 3.955/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Ten.-Cel. Vinícius Silveira Fulgência por sua promoção ao posto de Coronel QOS (Requerimento nº 3.962/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Jarbas Soares Júnior por sua posse no cargo de Procurador-Geral de Justiça (Requerimento nº 3.963/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com a comunidade de Unaí pelo transcurso do aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 3.984/2005, do Deputado Antônio Andrade);

de congratulações com a comunidade de Tiros pelo transcurso do aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 3.985/2005, do Deputado Antônio Andrade);

de congratulações com a comunidade de Uruana de Minas pelo transcurso do aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 3.986/2005, do Deputado Antônio Andrade);

de congratulações com a comunidade de Presidente Olegário pelo transcurso do aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 3.987/2005, do Deputado Antônio Andrade);

de congratulações com a comunidade de Coronel Fabriciano pelo transcurso do 56º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 3.988/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com a comunidade de Açucena pelo transcurso do 62º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 3.989/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com a comunidade de Belo Oriente pelo transcurso do 94º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 3.990/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com a Cooperativa Agropecuária de Jacutinga pela inauguração de sua sede (Requerimento nº 3.992/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí pela posse de sua nova diretoria (Requerimento nº 3.993/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Celso Cota Neto por sua posse como Presidente da Associação Mineira de Municípios (Requerimento nº 3.994/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Sra. Adriene Barbosa de Faria Andrade pelo trabalho realizado à frente da Associação Mineira de Municípios (Requerimento nº 3.995/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Coronel PM Márcio Martins Sant'ana pelo trabalho realizado à frente do 20º Batalhão da PMMG de Pouso Alegre (Requerimento nº 3.996/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Ten.-Cel. Flávio Aparecido Romualdo Aquino por sua posse no Comando do 20º Batalhão de Polícia Militar de Pouso Alegre (Requerimento nº 3.997/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso à Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais - HEMOMINAS -, pelos 20 anos de serviços prestados à comunidade (Requerimento nº 3.998/2005, do Deputado Doutor Ronaldo);

de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Ninico Resende no dia 27/1/2005, em Formiga (Requerimento nº 3.999/2005, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Conselheiro Wanderley Ávila pela posse como Corregedor do Tribunal de Contas do Estado (Requerimento nº 4.001/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Eduardo Carone Costa por sua posse como Presidente do Tribunal de Contas do Estado (Requerimento nº 4.002/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Conselheiro Elmo Braz por sua posse como Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado (Requerimento nº 4.003/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. José Machado por sua posse no cargo de Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA (Requerimento nº 4.004/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Kerson Kelman por sua posse no cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANELL (Requerimento nº 4.005/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com a Sra. Misabel Abreu Machado Derzi por sua posse no cargo de Procuradora-Geral do Município de Belo Horizonte (Requerimento nº 4.006/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Teodoro Alves Lamounier por sua posse no cargo de Presidente da COHAB-MG (Requerimento nº 4.007/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Tribunal de Alçada, na pessoa de seu Presidente, Sr. Alvimar de Ávila, por seus 40 anos de criação (Requerimento nº 4.009/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de Minas Gerais - SINTTEL-MG, na pessoa de seu Coordenador-Geral, Sr. José de Oliveira, por seus 49 anos de criação (Requerimento nº 4.010/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o jornal "Estado de Minas" pela edição do caderno especial "Brasília - Um Sonho Que Deu Certo" (Requerimento nº 4.011/2005, do Deputado Sebastião Costa);

de congratulações com o Sr. Geraldo Magela por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Guaraciama (Requerimento nº 4.015/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Sr. Luciano de Azevedo Aguiar por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Luislândia (Requerimento nº 4.016/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Sr. Diogo Ribeiro de Andrade por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Campos Altos (Requerimento nº 4.017/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Sr. Gesmo Hélio de Campos por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Bom Sucesso (Requerimento nº 4.018/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Sr. Giovane Luiz Lobo Neiva por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Catas Altas da Noruega (Requerimento nº 4.019/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Sr. Herivelto Alves Luiz por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Glaucilândia (Requerimento nº 4.020/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Sr. Ismar Antônio Portilho por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Rio Espera (Requerimento nº 4.021/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Sr. Jairo Salermo por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Tapíra (Requerimento nº 4.022/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com o Sr. João Dimas Ribeiro por sua eleição para o cargo de Vice-Prefeito Municipal de Medeiros (Requerimento nº 4.023/2005, do Deputado João Bittar);

de congratulações com a comunidade de Dom Cavati pelo transcurso do 43º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 4.026/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com a comunidade de Eugenópolis pelo transcurso do 14º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 4.027/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com a comunidade de Governador Valadares pelo transcurso do 68º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 4.028/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com a comunidade de Ipaba pelo transcurso do 13º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 4.029/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com a comunidade de Ipatinga pelo transcurso do 41º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 4.030/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com a comunidade de Santana do Paraíso pelo transcurso do 13º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 4.031/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com a comunidade de São João do Oriente pelo transcurso do 43º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 4.032/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com a comunidade de Timóteo pelo transcurso do 41º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 4.033/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com a comunidade de Ubaporanga pelo transcurso do 13º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 4.034/2005, da Deputada Cecília Ferramenta);

de congratulações com a comunidade de Três Marias pelo transcurso do 42º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 4.036/2005, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao jornal "Estado de Minas" pelo 77º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 4.038/2005, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Sabinópolis pelo transcurso do 81º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 4.039/2005, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Presidente Juscelino pelo transcurso do 42º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 4.040/2005, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Morro da Garça pelo transcurso do 42º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 4.041/2005, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Inimutaba pelo transcurso do 42º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 4.042/2005, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Datas pelo transcurso do 42º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 4.043/2005, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Couto de Magalhães de Minas pelo transcurso do 42º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 4.044/2005, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Congonhas do Norte pelo transcurso do 42º aniversário de emancipação político-administrativa desse município (Requerimento nº 4.045/2005, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Sr. José Francisco da Silva por seu novo mandato na Ouvidoria de Polícia (Requerimento nº 4.049/2005, do Deputado

Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Simão Pedro Toledo pelos serviços prestados na Presidência do Tribunal de Contas (Requerimento nº 4.052/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Major Renato Batista Carvalhais por seu trabalho na PMMG (Requerimento nº 4.078/2005, do Deputado Célio Moreira);

de congratulações com a nova diretoria e o novo Conselho Fiscal da Associação Comercial de Minas Gerais (Requerimento nº 4.097/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Fernando Lana por sua eleição para o cargo de Presidente da BELOTUR (Requerimento nº 4.098/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Marco Aurélio Penzin por sua eleição para o cargo de Diretor de Projetos da BELOTUR (Requerimento nº 4.099/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Sérgio Santos Teixeira Lopes por sua eleição para o cargo de Diretor de Promoção Turística da BELOTUR (Requerimento nº 4.100/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Tadeu Martins por sua eleição para o cargo de Diretor de Operações da BELOTUR (Requerimento nº 4.101/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. João Bosco Corrêa Fernandes por sua eleição para o cargo de Diretor de Assuntos Institucionais da BELOTUR (Requerimento nº 4.102/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o SESC-MG pela realização do concurso Clique Turismo Estrada Real (Requerimento nº 4.117/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a direção do Banco do Nordeste do Brasil pela implantação da Superintendência Regional dessa instituição no Estado (Requerimento nº 4.119/2005, do Deputado Márcio Kangussu);

de congratulações com o Sr. Gilson Celso Vaz de Melo da Silveira por sua indicação para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da BELOTUR (Requerimento nº 4.131/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. Rinaldo Campos Soares por ter recebido de José de Castro e Décio Freire e Associados homenagem destinada "àqueles que fazem por Minas e pelo Brasil" (Requerimento nº 4.132/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de Arcos, na pessoa de seu Presidente, Sr. Neison Fernando de Souza, pela passagem do Dia do Rotariano (Requerimento nº 4.133/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Club de Candeias, na pessoa de seu Presidente, Sr. Wandeir Bonaccorsi, pela passagem do Dia do Rotariano (Requerimento nº 4.134/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Boa Esperança pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.135/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Cambuquira pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.136/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Cristais pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.137/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Cruzília pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.138/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Formiga pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.139/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Guaxupé pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.140/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Itapeçerica pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.141/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Lavras pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.142/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Itaúna pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.143/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Lagoa da Prata pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.144/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Pains pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.145/2005, do Deputado

Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de São Lourenço pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.146/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Três Pontas pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.147/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Varginha pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.148/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Oliveira pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.149/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Monte Sião pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.150/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Machado pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.151/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Itanhandu pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.152/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Elói Mendes pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.153/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Divinópolis pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.154/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Cláudio pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.155/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Caxambu pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.156/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Rotary Clube de Carmo do Rio Claro pelo transcurso do Dia Nacional do Rotariano (Requerimento nº 4.157/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Ten.-Cel. PM Flávio Gonçalves Milagres pelo 18º aniversário do 21º Batalhão da PMMG em Ubá (Requerimento nº 4.158/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o estudante Lucas Urtado França pela conquista do Prêmio Escolar Barga Planeta (Requerimento nº 4.173/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Rodrigo Barroso Fernandes por sua posse como Presidente da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte (Requerimento nº 4.178/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Ministério Público pelo Dia Nacional do Ministério Público (Requerimento nº 4.180/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. João Pedro de Rezende por sua posse como Superintendente Regional de Polícia Civil (Requerimento nº 4.181/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sr. José Antônio de Moraes por sua posse como Diretor-Geral da ACADEPOL (Requerimento nº 4.182/2005, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com a USIMINAS por seu crescimento em 131% (Requerimento nº 4.183/2005, do Deputado Leonardo Quintão).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 26/4/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Júlio

exonerando, a partir de 2/5/2005, Nair Maria de Faria Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Haraíve Betsabá Zaidan Simões para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

Gabinete do Deputado Carlos Gomes

exonerando, a partir de 2/5/2005, Iusifith Chafith Felipe do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 4 horas;

exonerando, a partir de 2/5/2005, Rita de Cássia Vilasboas Ferreira do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 4 horas;

exonerando, a partir de 2/5/2005, Vera Lúcia de Sousa Gomes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Anderson Carvalho Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Iusifith Chafith Felipe para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Lincoln Canhedo Filho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Rita de Cássia Vilasboas Ferreira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

nomeando Vera Lúcia de Sousa Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Edson Rezende

exonerando Halisson Calil de Almeida do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas;

nomeando Anderson Rodrigo Lima Santos para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25, 8 horas.

Gabinete da Deputada Elisa Costa

exonerando, a partir de 2/5/2005, Anderson Rodrigo Lima Santos do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/5/2005, Gilmar Maia de Azevedo do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/5/2005, Tânia Cristina de Castro Gomez Dominguez do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/5/2005, Cristina Araújo Silva do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Cristina Araújo Silva para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

nomeando Gilmar Maia de Azevedo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Tânia Cristina de Castro Gomez Dominguez para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado João Bittar

exonerando, a partir de 2/5/2005, Jessimar Carvalho Lage do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/5/2005, Luís Fernando Bernardes Gabriel do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/5/2005, Sandra Aparecida de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/5/2005, Worter Almeida Rodrigues do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Thiago Henrique Santos Ribeiro para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Gabinete da Deputada Maria Olívia

exonerando, a partir de 2/5/2005, Fátima Vânia Dutra Monteiro do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão AL-40, 8 horas;

nomeando Fátima Vânia Dutra Monteiro para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 8 horas;

nomeando Mozart Maximo Filho para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Gabinete do Deputado Miguel Martini

exonerando, a partir de 2/5/2005, Adriano Lopes do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/5/2005, Josiane Caroline Soares do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Adriano Lopes para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas;

nomeando Josiane Caroline Soares para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Maria das Graças Novais e Silva para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas.

Gabinete do Deputado Padre João

exonerando Mayra de Mattos Simões do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando Rosa Maria Manuli do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz

exonerando, a partir de 2/5/2005, Ângela Márcia de Andrade Ribeiro Tahara do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/5/2005, Cecília Firmina da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/5/2005, Jose Carlos Barbosa Leal do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/5/2005, Maria Luiza Nonato Martins do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/5/2005, Sílvia Leticia de Castro do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

nomeando Ana Claudia Martins Moraes para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Genilton Nonato Martins para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

nomeando Gustavo Correa Martins Ignácio da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Jose Carlos Barbosa Leal para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Maria Luiza Nonato Martins para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Sílvia Leticia de Castro para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão AL-27, 8 horas.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Agostinho Patrús

nomeando Luiz Fernando Magaldi de Oliveira para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 2/5/2005, Mozart Maximo Filho do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Turismo, Indústria e Comércio;

nomeando Patrícia Mônica Laudares para o cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Turismo, Indústria e Comércio.

Na data de 26/04/2005, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 2/5/2005, Ilza de Fátima Santana do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando, a partir de 2/5/2005, Maria Aparecida Monteiro Machado do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Ilza de Fátima Santana para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, e Decisão da Mesa de 17/3/05, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Luciene Costa Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Maria Aparecida Monteiro Machado para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Mariele Alves Amorim para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.198, de 21/5/2001, assinou os seguintes atos:

dispensando o servidor Antonio Carlos Esteves Lima da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Manutenção e Serviços;

dispensando a servidora Ordália da Conceição Pires de Araújo da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação;

designando a servidora Rosana Carla Froes para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação.

AVISO DE LICITAÇÃO

(Republicação)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2004

PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2004

Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de guarda-corpos nas galerias do Plenário da Assembléia.

Licitante vencedora: Terra a Teto Engenharia Ltda.

Licitante desclassificada: Concreta Negócios e Construções Ltda.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2005.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2005

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2005

Objeto: aquisição de medicamentos e materiais médico-hospitalares.

Tendo em vista que o único licitante participante do pregão supracitado foi desclassificado, o pregoeiro declara o certame fracassado.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2005.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: RECITEC - Reciclagem Técnica do Brasil Ltda. Objeto: prestação de serviços de coleta, transporte, descarte e descontaminação, nas dependências da Assembléia Legislativa, de aproximadamente 1.440 lâmpadas de descarga e 20kg de lâmpadas quebradas, por ano, com coleta trimestral do montante aproximado de 360 unidades. Dotação orçamentária: 33903700. Vigência: 12 meses a partir da data da assinatura. Licitação: Coleta de Preços nº 117/2004.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 29/4/2005, na pág. 45, col. 2, sob o título "Gabinete do Deputado Gustavo Valadares", onde se lê:

"Aílson Geraldo Vilarinho", leia-se:

"Ailson Geraldo Vilarino".